

DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: O QUE DIZEM PROFESSORES DA SALA COMUM

Elizabete da Silva Oliveira

Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: elizabetesilva038@gmail.com

Artemira Leite batista

Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: artemira.leite@hotmail.com

Maria da Glória Alves de Oliveira

Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará. E-mail: gloriaoliveira47@hotmail.com

Giovana Maria Belém Falcão

Professora da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: giovana.falcao@uece.br

RESUMO

A inclusão educacional das pessoas com deficiência é um processo em construção. Sendo assim, muitos são os desafios que se apresentam para que a inclusão se efetive. Quais os principais problemas enfrentados pelos professores? O que sugerem para dirimir tais dificuldades? Este escrito tem por objetivo refletir sobre os desafios existentes na inclusão de alunos com deficiência na sala de aula comum. Foram ouvidos 8 (oito) professores da sala comum em uma escola no município de Iguatu - Ceará. Os docentes foram ouvidos em momentos: através de questionário individual e, de modo, coletivo. A análise, de natureza qualitativa, evidenciou que muitos são os problemas vivenciados pelos investigados. Suas falas apontam dificuldades na estrutura física, falta de material didático adequado, fragilidade na formação docente, como aspectos que têm dificultado uma atuação inclusiva. Os professores, no entanto, apontaram alternativas viáveis para facilitar o processo. Quebrar paradigmas, compartilhar saberes, buscar novos conhecimentos, são possibilidades que se apresentam como alternativas para a inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Professor da Educação Básica. Inclusão educacional. Alunos com deficiência

1 INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais é um processo recente e ainda está em construção, tendo início nos anos 1990. No Brasil, segundo Kassar (2011), as pessoas com deficiência recebiam atendimento educacional separado dos demais. Tal atitude resultou em um longo processo de segregação e exclusão, o qual tem consequências até os dias atuais.

Diversos documentos contribuíram para os avanços no que diz respeito a educação inclusiva no Brasil. Dentre eles temos a Conferência de Jomtien (1990), Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial (2008), dentre outros. Tais documentos asseguram o direito de acesso e permanência dos educandos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino e não em escolas ou classes especiais, o que mostra um avanço significativo. Também objetivam garantir atendimento educacional especializado, acessibilidade e formação para que os

professores possam receber os educandos com deficiência, de modo a atender suas necessidades para que estes possam se desenvolver.

Entretanto, apesar dos avanços obtidos, tendo em vista que por muito tempo as pessoas com deficiência não frequentavam a escola regular e agora eles têm esse direito, ainda há muitos desafios a serem enfrentados no que se refere a educação das pessoas com deficiência. Tais desafios vão desde a falta de acessibilidade arquitetônica dentro e fora da escola, a falta de materiais didáticos e até mesmo falta de conhecimento de como utilizá-los. Também ainda presenciamos atitudes preconceituosas, bem como fragilidade na formação de professores, principalmente para àqueles da sala comum.

Nesse sentido, muitos são os desafios que se apresentam para que a inclusão das pessoas com deficiência se efetive. É comum ouvir os professores verbalizando sobre os muitos problemas que enfrentam na inclusão de seus alunos com deficiência. A que problemas se referem? Quais as maiores dificuldades por eles apontadas? O que sugerem para dirimir tais dificuldades?

Esses questionamentos nos moveram a investigar de forma mais direta o que dizem os professores sobre as problemáticas vivenciadas na sala comum na inclusão dos alunos com deficiência. A investigação faz parte de um projeto mais amplo, projeto de extensão intitulado “Formação docente e inclusão: compartilhando e ampliando saberes”. A proposta tem por objetivo promover atividades formativas para a inclusão, junto a professores da sala comum. Assim, conhecer as dificuldades e o que sugerem diante de tais, se fez importante para conhecer a realidade da escola e de cada docente.

Nesse sentido, este escrito tem por objetivo refletir sobre os desafios existentes na inclusão de alunos com deficiência na sala de aula comum. Para responder a esse objetivo, ouvimos professores da sala comum que atuam com alunos com deficiência na rede regular de ensino em uma escola do município de Iguatu – Ceará.

A investigação aconteceu em dois momentos, em princípio trabalhamos com um questionário, onde deveriam abordar sobre os problemas vivenciados na escola e em sala de aula. Numa outra oportunidade, reunimos os professores e pedimos que trouxessem sugestões para os problemas apontados no questionário.

Entendemos que ouvir os professores da sala comum sobre suas dificuldades na inclusão de alunos com deficiência se apresenta como importante atividade, pois poucos são os estudos que se dedicam à esses docentes, quase sempre, são os professores do Atendimento Educacional Especializado- AEE os sujeitos que mais são ouvidos. No entanto, esses docentes precisam contar de suas realidades, afinal é na sala comum, que os alunos permanecem a maior parte do tempo em que estão na escola.

Os questionários foram respondidos de maneira individual e sem a identificação dos professores nas respostas. Participaram da pesquisa 8 (oito) professores da sala de aula comum.

Para analisar os dados coletados, buscamos apoio numa perspectiva qualitativa, a qual de acordo com Minayo (2001, p. 22) a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Ouvir os professores e suas dificuldades exige olhar para a subjetividade presente nos discursos, o que não pode ser quantificado.

Diante das leituras realizadas e respostas que obtivemos com os professores, realizamos a discussão a respeito da temática que será apresentada a seguir.

2 CONHECENDO AS PROBLEMÁTICAS DE PROFESSORES DA SALA COMUM

A inclusão educacional é comumente relacionada as pessoas com deficiência, porém, o termo é bem mais amplo e significa que a escola deve acolher todas as pessoas sem exceção, todos têm direito de ingressar e permanecer na escola. De acordo com Libâneo (2002, p. 135-136):

A escola recebe sujeitos muito diferentes entre si, cada aluno é um ser singular, pertence a uma cultura, atribui significados pessoais à sua experiência, cada aluno precisa sentir que a situação de ensino – aprendizagem favorece seu aprendizado. Temos, então, a diversidade. Como chegar ao direito universal de escolarização, à escolarização igual para todos e, ao mesmo tempo, acolher a diversidade, inclusive para que cada aluno seja um ser singular? Está aí um desafio imenso às escolas, aos educadores, aos sistemas de ensino.

A inclusão engloba principalmente o respeito as diferenças e diversidade de alunos, cada um com suas particularidades. Esse princípio torna-se um desafio para as escolas e educadores que recebem sujeitos tão diversos e que precisam incluí-los, diante da falta de condições necessárias para tal ação.

Outra palavra que tem uma relação direta com a inclusão é a acessibilidade. Para Ribeiro (2004, p. 109), “A acessibilidade refere-se ao direito que o cidadão tem de ter acesso aos lugares, às pessoas e às atividades humanas”. Desse modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial (2008), prevê aos alunos com deficiência acessibilidade arquitetônica para que estes possam ter autonomia dentro da escola. É importante considerar que ao falarmos de acessibilidade não

estamos nos referindo somente a acessibilidade arquitetônica, mas atitudes, falta de uma formação adequada, carência de recursos e materiais também são elementos que devem ser considerados na reflexão sobre a acessibilidade ou a falta dela.

No entanto, mesmo nas mudanças arquitetônicas percebe-se que a política não está sendo cumprida como deveria, visto que muitas instituições de ensino não contam com rampas, pisos táteis, banheiros adaptados e nem corrimão de maneira adequada para atender as necessidades dos educandos. A dificuldade se torna ainda maior quando a escola é mais antiga, pois raramente passam por reformas e adequações no espaço físico, o que dificulta a locomoção e autonomia dos educandos com deficiência.

Ribeiro (2004, p. 114) ressalta que:

[...] existem vários programas do MEC que destinam verbas diretamente às escolas (Programa de Dinheiro Direto na Escola – PDDE), entretanto, esses recursos são utilizados mais em reformas estéticas do que em adaptações do espaço que propiciem acessibilidade e autonomia aos alunos com NEE.

Quando indagados sobre as dificuldades vivenciadas em sua escola, os professores pesquisados ressaltaram a dificuldade na acessibilidade física. Expressaram que a rampa não é acessível para uma pessoa cadeirante, as portas são estreitas inviabilizando o acesso com cadeiras de rodas. Para estes professores a acessibilidade está relacionada diretamente a estrutura física. Ao pensarem sobre as alternativas para solucionar a dificuldade, afirmaram que é muito complicado em função da burocracia para fazer qualquer alteração na estrutura da escola.

Embora se reconheça a importância das adaptações na estrutura física e tenha legislação que assegure as mudanças, a acessibilidade nem sempre acontece nas escolas, dificultando o direito básico que é o de adentrar nas estruturas físicas das instituições de ensino.

Outro aspecto ressaltado pelos participantes como dificuldades vivenciadas em suas salas de aula, refere-se ao material didático para trabalhar com os alunos com deficiência. Os professores ressaltam que não têm acesso a material de acordo com as deficiências. Ao ser indagado um professor expressou: “ falta material adequado para trabalhar de acordo com a necessidade do aluno, bem como turma superlotada (com 30 alunos) com várias deficiências na mesma sala”

Outros professores também afirmaram que não têm muita opção de recursos, fato que, certamente, não acontece somente nesta escola, pois nem sempre as instituições contam com materiais adequados para trabalhar com os alunos com deficiência, o que dificulta o processo de aprendizagem dos mesmos. Uma professora

ainda falando da carência de material disse “é difícil realizar atividades que possam contribuir com o desenvolvimento na leitura e escrita dos alunos com deficiência”. Para amenizar tal problema muitos educadores buscam, por conta própria, produzir seus materiais para facilitar a aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. Por outro lado, nem sempre é o que acontece, muitas vezes, essa justificativa leva o professor a não buscar outras alternativas e assim, fica esperando que o material venha para a sua sala. Por vezes, a sala de recursos dispõe de material, mas os professores, nem sempre, fazem uso dele.

Vale ressaltar ainda que, dependendo da deficiência do aluno, o material poderá ser utilizado com crianças que apresentem dificuldade de aprendizagem, mas que não seja caracterizada como uma deficiência, mostrando a versatilidade dos materiais produzidos, os quais não se limitam a um único aluno, podendo também serem utilizados em anos seguintes, mostrando versatilidade e utilidade. Entretanto, nem sempre o professor sabe utilizar os recursos quando estes são ofertados pela escola, os quais ficam esquecidos nos armários, demonstrando uma fragilidade na formação dos mesmos.

Como alternativa diante dessa problemática, os professores sugeriram a realização de oficinas com material reciclado. É importante dizer que a construção de jogos e material pedagógico é uma alternativa viável, que possibilita diversificar as estratégias pedagógicas, no entanto, entendemos que é direito do aluno ter material adequado e que favoreça o seu desenvolvimento, considerando suas necessidades e especificidades. Nesse sentido, não é responsabilidade somente do professor ou da instituição específica, mas é dever do Estado garantir esses recursos para a educação das pessoas com deficiência.

A falta de recurso didáticos é uma dificuldade que faz parte da realidade da escola dos professores entrevistados e que causa prejuízos na aprendizagem dos educandos com deficiência, visto que os professores relatam que tem dificuldade de chamar atenção dos mesmos durante as aulas. Um dos entrevistados afirmou que há “distração em sala e falta de atenção” por parte dos alunos, o que pode estar relacionado com a falta de recursos necessários para proporcionar o ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência e mesmo de um planejamento adequado para esses estudantes. Sabemos, no entanto, que essa dificuldade não é exclusiva dos alunos com deficiência, mas o problema de atenção, de grande parte dos estudantes, é apontado como uma dificuldade vivenciada em sala de aula.

Outra fragilidade expressa pelos professores pesquisados refere-se a formação para a inclusão. Os professores comentaram que pouco ouviram falar sobre o tema em seus cursos de graduação. A respeito disso Prieto (2006, p. 58) nos traz uma importante colocação:

[...] se considerarmos que o atendimento do referido alunado em classes comuns é a determinação privilegiada nos últimos anos, podemos afirmar que ainda há muitos professores dos sistemas de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (2013, p. 72) tratam no Art. 29, no parágrafo três, que os diferentes sistemas de ensino e a escola precisam oferecer as condições necessárias “[...] para que o professor da classe comum possa explorar e estimular as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva [...]”. Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997, p. 25) afirmam que “Investir no desenvolvimento profissional dos professores é também intervir em suas reais condições de trabalho”. Sem formação adequada dificilmente o professor conseguirá atender as necessidades dos alunos com deficiência, deixando a desejar no processo de aprendizagem dos mesmos.

No que diz respeito a formação continuada voltada para a educação especial e inclusiva, Pretto e Riccio (2010, p. 156) ressaltam a formação continuada “[...] como sendo inerente à própria prática educativa”. Entretanto, muitas vezes essa formação não chega até o professor da sala comum, sendo direcionada para o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Sobre a formação continuada um dos participantes ressaltou a “falta de capacitação”. Em sua afirmativa, reconhece que não tem conhecimentos suficientes para trabalhar com alunos com deficiência e evidencia uma problemática que precisa ser enfrentada para que a inclusão de fato aconteça. Os professores relataram que, na maioria das vezes, a formação que o município oferece se destina aos professores do AEE, deixando o professor da sala comum em segundo plano, que necessita de formação para atender a demanda de alunos, principalmente os educandos com deficiência.

Ao serem questionados sobre o que gostariam de aprender para favorecer a prática pedagógica na atuação junto aos alunos com deficiência, os entrevistados afirmaram: “ter preparo psicológico; competência, habilidade segurança e determinação para trabalhar com os alunos com deficiência”; “métodos para melhorar e facilitar a

aprendizagem dos alunos”; “aprender a chamar a atenção dos alunos nas atividades propostas, conquistá-los para trabalhar juntos”; “melhores e mais diversas habilidades de desenvolvimento para trabalhar com o educando”; “técnicas que facilitem o contato com alunos com deficiência”; “orientações que possam contribuir com os conhecimentos”; “técnicas inovadoras para alunos com déficit de aprendizagem”; “aulas em que possa haver inclusão, juntamente com o respeito que os outros colegas devem ter”;

As respostas demonstram que os professores não se sentem preparados para atuar com alunos com deficiência e que essa falta de preparo, em sua maioria, está relacionada a formação insuficiente dos mesmos. Além disso, foi falado sobre métodos para facilitar a aprendizagem dos alunos, o que também pode ser relacionado com a formação. Suas respostas denotam que sentem uma forte cobrança em relação ao desenvolvimento dos alunos, ao mesmo tempo em que não sentem apoio, faltando formação, material e mesmo alguém com quem possam compartilhar essas problemáticas. Também destacam a falta de preparo psicológico, indicando que as mudanças subjetivas precisam ser feitas. As falas ecoam como pedido de ajuda, ao mesmo tempo, parece que esperam respostas prontas, como se houvesse um manual, uma receita pronta para trabalhar com esses alunos.

Percebemos também que apesar da luta pela inclusão, um grande desafio a ser enfrentado é o preconceito vivenciado dentro e fora da escola pelas pessoas com deficiência. Tal preconceito pode partir da própria família, com a não aceitação da deficiência da criança, negando até mesmo que o devido atendimento seja realizado, ou até mesmo o preconceito que acontece dentro da escola com os próprios colegas que não aceitam as características particulares dos colegas e também por parte dos professores que não se adequaram a diversidade de alunos existente nas escolas atualmente.

A fala dos professores também evidencia que uma mesma sala comporta várias deficiências. Foi o que disse uma das professoras, que em sua turma de 30 alunos, tem vários com deficiência. Outro ponto recorrente na fala dos participantes, refere-se a falta de apoio dos familiares. Como alternativa, reconheceram que precisam se aproximar mais dos pais, ressaltar menos os problemas dos filhos e mais as potencialidades por meio de apresentações nos projetos da escola, incluindo os alunos com deficiência. A falta de apoio de outros integrantes da escola e dos pais aparece no discurso dos entrevistados como um pedido de socorro, um sentimento de solidão.

Percebemos que os professores se preocupam verdadeiramente com seus alunos, reconhecem fragilidade em suas atuações e estão dispostos a investir em suas formações. Quebrar paradigmas, compartilhar saberes, buscar novos conhecimentos, são possibilidades que se apresentam como alternativas para a inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional no Brasil avançou, de modo significativa, em muitos aspectos, no entanto, ainda temos um longo caminho a trilhar, muitos desafios a enfrentar para que a inclusão, que de fato almejamos, possa ser alcançada.

Esse é um processo que exige luta, mudança e envolvimento de todos que acreditam numa educação onde todos possam aprender independente de condição física, de gênero, etnia, classe ou deficiência. Uma educação que respeite a diversidade, que considere a singularidade e possibilite a emancipação humana.

As falas dos professores participantes denunciam que muitos são os problemas vivenciados em sua escola, em suas salas de aula. Dentre as problemáticas apontadas, as dificuldades na estrutura física, o acesso a material adequado, a fragilidade na formação docente, são destacados como elementos que têm dificultado uma atuação inclusiva. Aspectos que, possivelmente, são vivenciados por muitos outros professores de nosso país. Chama a atenção o sentimento de solidão que expressam e os conhecimentos que entendem que precisam desenvolver. Por outro lado, apresentam alternativas viáveis para facilitar esse processo.

Através das falas dos docentes, foi possível perceber que os direitos previstos por leis nem sempre são cumpridos da forma como deveriam. As escolas têm grandes lacunas em seu sistema, não apresentam estrutura física adequada para proporcionar acessibilidade e autonomia para os educandos e a formação continuada não vem acontecendo como deveria.

É preciso, pois, cobrar que as leis sejam cumpridas e que sejam disponibilizados materiais para que os alunos com deficiência possam se desenvolver, facilitando o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos, também se faz necessário reformas e adequações dos espaços físicos, para proporcionar autonomia, possibilitando, desse modo, uma inclusão efetiva dentro e fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** CORDE. Brasília – DF, 1994.

_____. Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, nº 248, de 23/12/1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista.** n. 41, jul/set. Curitiba, 2011, p.61-79.

LIBANEO, José Carlos. Igualdade e diversidade: qual proposta de escola inclusiva? In: Educativa. **Revista do Departamento de Educação.** Universidade Católica de Goiás. v. 5, n. 1, jan./jun., p. 135-145, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRETTO, Nelson De Luca; RICCIO, Nícia Cristina Rocha. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educar.** n. 37, p. 153-169, maio/ago. 2010.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Formação de profissionais da educação para trabalhar com o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão escolar.** São Paulo: Summus editorial, p. 56-73, 2006.

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**, n. 31, p. 103-118, jul./dez., 2004.

UNESCO. **Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos:** satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.